



Rádio comunitária, identidade e cidadania de jovens: exemplos e ausências em uma comunitária autêntica e em três autorizadas¹

Cláudia Regina Lahni²

Fernanda Coelho da Silva³

Maria Fernanda Pereira França⁴

Mariana Zibordi Pelegrini⁵

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O direito à comunicação é assegurado por acordos internacionais mas, apesar disso, muitas vezes os cidadãos não têm oportunidade de exercê-lo. Nesse contexto as rádios comunitárias aparecem como uma forma de resistência e de exercício do direito a emitir e produzir informações. Porém, é preciso estabelecer os critérios que diferenciam uma rádio supostamente comunitária de outra, comunitária autêntica. Para tal, são usados aqui critérios apontados por Círcia Peruzzo. E, a partir deles, fez-se uma análise da autenticidade e da participação juvenil nas três rádios autorizadas como comunitárias em Juiz de Fora (Trans, Life e Objetiva FM) e um estudo comparativo dessas emissoras com a Mega FM, uma comunitária autêntica.

Palavras-chave: Rádio comunitária; participação juvenil; comunicação comunitária; identidade e cidadania.

1- Rádios Comunitárias

As rádios comunitárias surgem, no cenário atual, como um meio de democratizar a comunicação e a informação. É uma forma de resistência da cultura local diante da globalização. O aparecimento das rádios livres e comunitárias no Brasil ocorreu na década 70 em meio à censura da ditadura militar que vigorava.

Apesar do início das rádios livres e comunitárias datarem a partir da década de 70, foi nos anos 80 que houve sua multiplicação e, na década de 90, criou-se a regulamentação para o funcionamento dessas rádios, a lei 9612/98. Tal lei surgiu para controlar a proliferação que ocorreu e conseqüentemente regulamentar essas iniciativas populares e assegurar os interesses dos barões da grande mídia.

Para ser considerada eminentemente comunitária, autêntica, esse tipo de rádio deve atender algumas características, segundo Peruzzo (1998, p.418/419):

- Não devem ter fins lucrativos e sim ser um produto da comunidade;

¹ Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora da graduação e do mestrado da Facom-UFJF. Mestre e Doutora pela ECA-USP. clahni@yahoo.com.br

³ Estudante de Graduação do Curso de Comunicação Social da UFJF, bolsista PIBIC-CNPQ, email: fernandahauck@yahoo.com.br

⁴ Estudante de Graduação Curso de Comunicação Social da UFJF, bolsista BIC-UFJF, email: fernandinha_fp@yahoo.com.br

⁵ Estudante de Graduação do Curso de Comunicação Social da UFJF, bolsista PET-FACOM-UFJF, email: mariana.pelegrini@gmail.com



- devem ter vínculo orgânico com a realidade local, tratando de seus problemas, interesses e cultura;
- a programação deve ser interativa, permitindo acesso do público ao veículo;
- devem valorizar e incentivar a produção e transmissão de culturas locais;
- devem ter compromisso com a educação e cidadania;
- devem democratizar o poder de comunicar.

Porém, a comunicação no Brasil sofre um embate entre a autenticidade de uma comunitária, que atenderia às características apontadas, contra o uso individualizado, comercial ou ainda prática de proselitismo político-partidário e religioso. As concessões de rádios comunitárias para outros usos que não o comunitário é comum no país. A partir dessa problemática, a autora distingue os tipos de rádios comunitárias: 1) As eminentemente comunitárias 2) As que prestam algum serviço de utilidade pública, mas estão sob controle de poucas pessoas, sendo sua finalidade maior a venda de espaço publicitário. 3) Estritamente comercial, similar a emissoras convencionais, sem vínculo direto com a comunidade local, embora às vezes preste serviços de utilidade pública. 4) As que fazem proselitismo político-ideológico-partidário. 5) E as que se prestam ao proselitismo religioso. (PERUZZO,1999, p.417/418)

Segundo Peruzzo, “o espaço da mídia comunitária é um campo conflituoso” (1998, p.53). Além do problema que acabamos de analisar, a rádio comunitária sofre com as pressões das rádios comerciais. Essas têm medo da perda de audiência, em decorrência da aceitação e valorização local que as comunitárias vêm atingindo. Como conseqüência, isso acarretaria a queda de publicidade na mesma localidade. Por isso as comunitárias muitas vezes são, pejorativamente, chamadas de “piratas”.

Com esses e outros contratempos, as rádios comunitárias sobrevivem, porque, muitas vezes, esse meio dialoga com as especificidades da realidade local em que se encontram os ouvintes, servindo para a complementação e confrontação da grande mídia. Tal sobrevivência se dá também pela “capacidade de inovar e incorporar novos canais de expressões, práticas e conteúdos” (PERUZZO, 1999, p.114).

De acordo com Cicilia Peruzzo, a comunicação comunitária traz uma dupla contribuição para os indivíduos que dela participam. Mas, para entendermos, é preciso diferenciar os níveis de envolvimento de um cidadão no processo.

Quanto maior o grau de envolvimento do indivíduo com o processo mais lhe é acrescentado. A contribuição dupla acontece na *reflexão do conteúdo*, onde há uma socialização do conhecimento, valorização das culturas locais e debate público; e no



processo de produção, que desmitifica a mídia através de uma educação informal do meio. Esses fatores colaboram para a educação da cidadania. O primeiro nível seria onde se encontra apenas o mero receptor; no segundo haveria participação nas mensagens (como exemplo, os telefonemas para programas); no terceiro nível, reside a produção e difusão das mensagens; no quarto, ocorre a participação no planejamento; e, por último e de forma mais acentuada de participação e representatividade, seria a atuação na gestão.

Os meios de comunicação a serviço de interesses populares têm importância para a mobilização, visando à transformação social. Ao divulgar novas fontes de informação, o cidadão comum é colocado como protagonista do processo, exercendo sua cidadania. Para a autora, a prática da cidadania não reside apenas no acesso à informação, mas também no acesso ao poder de comunicar, sendo uma condição para ampliação da cidadania.

Vale ressaltar que a mídia comunitária é caracterizada pelo papel de protagonista das pessoas, pelo objetivo de divulgar assuntos específicos das comunidades, que geralmente são esquecidos pela grande imprensa. A estratégia usada para tal é a participação direta das pessoas do lugar. Produtor, redator e locutor são cidadãos comuns, não necessariamente profissionais. Os agentes desse processo comunicativo têm como meta contribuir para o desenvolvimento comunitário e não gerar lucros. Os conteúdos são relacionados à problemática da comunidade; feito por ela e para ela. As decisões que envolvem o funcionamento do veículo são tomadas por um conselho. O veículo busca autonomia em relação ao governo e a outros grupos de interesse.

2- Rádios Comunitárias autorizadas em Juiz de Fora

De acordo com o *site* do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br/>, acessado em 21 de maio de 2007), três entidades têm autorização para colocar emissoras no ar como comunitárias em Juiz de Fora: o Centro Educacional e Cultural da Zona Norte, a Associação Comunitária Amigos do Rádio de Juiz de Fora e a Sociedade Radiodifusora Life de Juiz de Fora. Conforme o *site* do Ministério das Comunicações, a única que tem licença definitiva é o Centro Educacional e Cultural da Zona Norte. Segundo os conceitos de rádio comunitária e rádio comunitária autêntica elencados por Peruzzo, este grupo de pesquisadoras analisou as três rádios com concessão de comunitária em Juiz de Fora.

2.1- Rádio Trans FM



A idéia de criação de uma rádio comunitária na Zona Norte de Juiz de Fora surgiu entre 1996 e 1997, quando três amigos discutiam sobre a importância de uma rádio comunitária para o bairro em que moravam. Segundo o coordenador geral da rádio, Cláudio Silva Carvalho, o tempo de duração da organização da rádio Trans FM foi de cerca de dois anos e meio. O chamado para reabilitação foi em 2001, no ano de 2002 a rádio foi autorizada e em 2003 começou a funcionar. Podemos tomar esse exemplo para demonstrar a lentidão nos processos de autorizações das rádios comunitárias no Brasil.

Em 2000 a Associação Comunitária Amigos do Rádio de Juiz de Fora, que usa o nome de Trans FM para seu funcionamento, recebeu a autorização para funcionar no endereço Rua Manoel Diniz, nº8, Francisco Bernardino. Porém, durante a pesquisa, tivemos dificuldade em localizar a emissora, pois não funcionava no endereço indicado. Inicialmente localizamos a rádio no bairro de Benfica, Rua Angelino Mariano, nº 60. Durante a pesquisa, a rádio ficou sem funcionar seis meses, segundo o coordenador.

Na segunda visita não obtivemos informações precisas, somente que a rádio estava no bairro Araújo, funcionando apenas com músicas, pois os equipamentos estavam no conserto. Em nossa última visita, no dia 23 de outubro de 2007, a Trans estava funcionando em uma das lojas do Centro Comercial de Benfica, que se localiza na Avenida Jucelino Kubitschek, nº 6.911. Nesse dia a rádio estava devidamente instalada e funcionando, porém não havia telefone.

2.1.1 - Programação e participação juvenil

A programação é composta, basicamente, por músicas e vinhetas, mas nenhum conteúdo diferenciado foi apresentado, com exceção das mensagens da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e da Pastoral da Criança. Apesar da hora ser informada ao longo da programação, nada mais foi veiculado. A rádio não faz jus a sua concessão.

Em apenas sete horas de escuta, foram anotadas 30 vinhetas diferentes, sendo que várias foram repetidas mais de uma vez. Com isso percebemos o vazio da programação. A maioria das vinhetas fala bem da rádio, de sua alta qualidade e de como ela é importante para o seu ouvinte. A emissora parece ser tudo o que o ouvinte precisa escutar: “Trans FM, sempre fazendo o melhor para você” ou “O tempo todo, todo dia as melhores, as melhores músicas na melhor sintonia... 87,9 aqui você escuta tudo, tudo, tudo”. Fica nítido através das vinhetas como a comunicação nessa rádio comunitária é



vertical. O texto é impositivo, a maioria está no imperativo, reafirmando o tempo todo, a necessidade do ouvinte ter a Trans presente em sua vida.

Em duas vinhetas o texto foi infeliz: “Trans FM é uma porrada de música no seu rádio” e “Trans FM, a rádio que transa você”. Ambos os termos “porrada” e “transa” têm conotação sexual, e a primeira palavra também pode fazer referência a violência.

Literalmente a rádio toca de tudo: música internacional, pop-rock, reggae, MPB, hip-hop norte-americano e nacional, hardcore nacional, dance, sertanejo, funk, rock nacional, música eletrônica, anos 80, axé, pagode. Gêneros musicais estrangeiros são constantes na programação da rádio, correspondendo a aproximadamente 45% do total das músicas executadas durante a escuta. Isso se torna um dado preocupante se pensarmos na não valorização da cultura nacional e local, que ficam totalmente excluídas da programação.

Os gêneros musicais nacionais mais ouvidos na rádio foram o pop-rock e hardcore nacional, que são músicas mais voltadas para os adolescentes. As bandas Charlie Brown, CPM 22 e Detonautas tiveram suas canções tocadas várias vezes. O rock nacional foi lembrado pelo grupo Legião Urbana e Ira. O sertanejo nessa rádio é também comercial, tocando apenas os hits do momento e excluindo a música caipira de raiz. A MPB esteve pouco presente. O hip-hop da rádio está longe de ser politizado e o funk, pelo menos, não tocou pornografias. Reggae teve pouca participação. O axé e o pagode tiveram participação pouco significativa, tocando algumas músicas antigas. Porém não houve nenhum samba, gênero genuinamente brasileiro que foi excluído da programação da Trans. Resumindo, a programação da rádio podemos usar a expressão “balaio de gato”, porque são só músicas de estilos diferentes.

2.1.2 - Trans FM: concessão versus autenticidade

No período de análise percebemos a falta de interatividade da Trans FM com os moradores do bairro, diferentemente do que foi dito pelo coordenador da rádio. Nenhuma ligação ocorreu na escuta e nenhuma voz, além das vinhetas, foi percebida. Pensando nas características apontadas por Peruzzo, percebemos que nenhuma foi encontrada na rádio escuta.

A programação não é um produto da comunidade, pois apenas um locutor ou técnico estava atuando durante a programação. Também não houve o acesso do público. Não houve a valorização da cultura local, nenhuma música de um cantor (a) da cidade foi veiculada, nem mesmo entrevistas com artistas locais.



Logo, concluímos que a rádio Trans FM não apresenta vínculo orgânico com a comunidade de Benfica e Zona Norte de Juiz de Fora. O compromisso com a educação e cidadania foi deixado de lado para que apenas houvesse uma mera reprodução de uma rádio comercial. E o mais agravante é que uma rádio comercial ainda consegue ter mais compromisso social que essa rádio comunitária, pois nada, nenhuma informação ou boletim, programa educativo ou um programa musical comentado foi feito.

O poder de comunicar nessa rádio foi apenas das músicas e vinhetas. A comunidade teve seu direito negado mesmo por um veículo cujo objetivo era inverso. A única coisa positiva avaliada foi que a rádio não vendeu espaço comercial para anunciantes. Por outro lado, também não teve inserção apoio cultural, o que evidencia a falta de recursos financeiros da rádio.

Através dessa rádio escuta percebemos que a Trans FM não é uma rádio comunitária autêntica. As músicas foram executadas aleatoriamente já que nenhum programa foi realizado durante o período de análise.

2.2- Rádio Life FM

“Levando vida até você” é o slogan da Rádio Life FM, emissora ligada à Igreja do Evangelho Quadrangular. A Life é uma Rádio Evangélica com autorização de comunitária.

As comunitárias devem operar em uma mesma faixa de frequência em 25 watts de potência. Portanto, não há como duas emissoras obterem a concessão caso estas operem em mesma área, ou localidades próximas. A Life FM encontra-se na região leste da cidade. Seu endereço é Rua José Gonçalvez Alvim, número 19, bairro São Bernardo. Deste modo, esta área do município já teria o funcionamento de uma emissora comunitária, portanto outra não poderia obter concessão, que foi o caso da Mega FM.

O coordenador da Life é André Mariano, filho do vereador de Juiz de Fora Pastor Mariano (PSDB). O coordenador explica que a Life foi uma concessão obtida através do apoio do Pastor Mariano. Para legitimar este apoio, André Mariano argumenta que a comunidade evangélica reivindicou este canal de comunicação ao vereador, como qualquer comunidade que reivindica melhorias para sua vida pública. No entanto, de acordo com as exigências técnicas na elaboração de uma rádio comunitária, a concepção de comunidade utilizada é não outra senão a geográfica. Afinal, todas as comunitárias atuam numa mesma frequência, com uma potência limitada. Com isso, podemos presumir que a comunidade evangélica que se localiza fora da região leste de Juiz de Fora – que é a região na qual a Rádio esta localizada,



conforme mencionado anteriormente – não é beneficiada com a rádio. Apesar da indicação de Mariano de que a emissora abrange a região central da cidade e parte da Zona Sul.

O coordenador conta que a rádio iniciou seu funcionamento entre 2002 e 2003. O objetivo da Life FM é primar pela qualidade de sua programação musical, segundo Mariano. A emissora não possui fins lucrativos, pertence a uma associação evangélica e não recebe recurso proveniente de órgãos públicos.

2.2.1 - Programação e participação juvenil

Na programação da rádio há apenas um programa ao vivo que é destinado ao público jovem da rádio. O “Geração Forte – uma geração que veio para ficar” que é veiculado aos sábados, das 15h às 17h. Durante o programa os locutores trazem um testemunho de fé de um ouvinte, músicas gospel e alguma interação através do telefone. Fora o Geração Forte, a programação tem um enfoque musical.

Ao ser indagado pela participação juvenil, o coordenador coloca que a Rádio procura dedicar a programação a esta parcela da população:

Hoje, nós temos essa preocupação com a rádio de levar um anúncio diferenciado do que o mercado tem oferecido. E nessa programação nós temos o foco muito voltado para os jovens. Por quê? A gente sente hoje que a juventude não tem tido muito espaço. Então, hoje, através de uma música gospel, a gente tem trabalhado essa juventude. Nessas programações voltadas para os jovens, procuramos sempre levar uma palavra de esperança, de conforto, elevar a estima. E também, damos a oportunidade para esses jovens fazerem os seus programas. (MARIANO, 2007)

Além deste trabalho dentro do estúdio, a rádio também participa de ações locais junto a empresas, que focalizam o público jovem, conforme Mariano. Essas ações incluem entrega de cestas básicas e programações culturais. Marta Regina Maia (1994, p.4) alerta para a programação das rádios evangélicas caracterizada pelo apelo à emoção e ao sensacionalismo. Na narração dos locutores é possível observar o uso de palavras atrativas e também presentes em sermões e pregações de seus representantes religiosos - palavras como “cura”, “milagre” e “salvação” são mencionadas.

No entanto, a situação de maior destaque ocorre quando essas emissoras utilizam a programação para palco eleitoral de pastores e políticos partidários aos grupos religiosos, proprietários das rádios. Situação descrita por Sônia Virgínia Moreira (1998, p.122) sobre a exploração do rádio como recurso político e religioso. “Afinal, essa era uma atividade presente no currículo de quase todos os candidatos evangélicos, com variações sutis apenas quanto à forma de abordagem dos ouvintes”.



2.2.2 - Life FM: concessão versus autenticidade

As rádios com concessão de comunitária que priorizam, em sua programação, argumentos, músicas e valores que expressam uma única posição religiosa contrariam a Lei 9.612/98, assim como os estudos que caracterizam as comunitárias autênticas.

No entanto, não apenas os veículos teoricamente comunitários, como rádios comerciais e rádios educativas no Brasil apresentam um conteúdo que valoriza essa perspectiva religiosa, sejam elas de quaisquer crenças.

Com uma visão diferenciada do papel de uma Rádio Comunitária, a Life FM atua legalmente ainda que exista uma contradição com a lei e com as características de uma rádio comunitária na sua programação, na participação da comunidade e no exercício da cidadania. No entanto, para legitimar a emissora apesar de seu proselitismo político e religioso, Mariano ainda assinala:

Hoje, em muitas coisas do nosso país nós precisamos da política. Tem que ter integração política. Então é interessante que a comunidade veja nos seus representantes o interesse de que precisa. No caso do pastor Mariano, ele foi solicitado, por uma comunidade que necessitava desse veículo de comunicação, e ele conseguiu trazer para Juiz de Fora, essa rádio. (MARIANO, 2007)

Com isso, podemos resumir que a Life FM possui uma interação que varia do primeiro ao segundo nível de participação, como descreve Peruzzo (1999). Atende a algumas demandas que uma rádio comunitária concebe, como ações solidárias, segundo seu coordenador, e sem fins lucrativos. Porém, a emissora não se constitui com uma participação da comunidade na elaboração das mensagens e não indica uma característica plural em sua grade de programação.

2.3- Rádio Objetiva FM

A emissora apresentada no *site* do Ministério das Comunicações como Associação Comunitária Amigos do Rádio de Juiz de Fora é, na verdade, a Rádio Objetiva FM 87,9. A rádio está situada na Rua Manoel Diniz, nº 8, no bairro Francisco Bernardino e tem data de licença em 13 de dezembro de 2002.

Atualmente a rádio Objetiva é coordenada por Marcelo Glicério de Ávila Gomes “Marcelo Chacal”, que tem 23 anos. Segundo o coordenador, que também é locutor e produtor, a rádio entrou em funcionamento no dia 13 de dezembro de 2002 e surgiu da idéia de Antônio Almas⁶, que criou a Associação Comunitária Amigos do Rádio.

⁶- Antônio Almas, médico e político do PSB, foi vereador de Juiz de Fora por duas vezes consecutivas (1993 – 2000).



A rádio conta com dez locutores e três DJ's participantes. Os locutores são: o próprio Marcelo, Itamar, Tony, Marcos, Dalvan Luís, Alex, Marcão, Ramon, Renato e David. A equipe de DJ's é composta pelo "DJ Fei" e outros convidados ocasionalmente. A locução conta ainda com Pastor Alessandro e representantes da Igreja Católica, que fazem o programa "Ave Maria".

2.3.1 – Programação e participação juvenil

A programação da rádio é basicamente musical. Porém, os jovens participam criando programas como os quais se identificam. Como o "A voz do gueto", programa de hip-hop nacional com locução de Lucas Alvim (David). Na Objetiva também há programas religiosos, porém, não há exclusividade para uma religião. Há programas evangélicos e católicos na grade e, segundo o coordenador, há espaço para todas as religiões.

Já sobre as formas de participação na rádio o coordenador revela: "Recebemos muitos telefonemas por dia, uns 50. A maioria vem do bairro Monte Castelo, Industrial, Milho Branco, Cerâmica e Barbosa Lage. De 10 a 15 telefonemas por programa." Marcelo diz, ainda, que diversos grupos participam da rádio e que já realizaram debates sobre problemas do bairro com a SPM (Sociedade Pró-Melhoramentos), mas não o fazem mais.

A partir dos níveis de classificação dados por Peruzzo concluímos que o maior grau de participação juvenil na Rádio Objetiva limita-se ao primeiro e segundo níveis. Segundo Marcelo, coordenador da rádio, a imensa maioria da audiência da emissora é de jovens, esses estão no primeiro nível de envolvimento, são meros receptores. A segunda maior forma de participação juvenil se dá no segundo nível, através dos telefonemas de jovens para pedir músicas. No terceiro nível temos Dalvan Luiz. Ele é o único locutor que está na faixa etária tomada por esse trabalho como de jovens (12 a 19 anos). Dalvan tem 18 anos e está cursando o 1º ano do ensino médio. O jovem é morador do Jardim Natal, bairro que frequentemente é notícia devido à violência entre grupos de jovens rivais. O rapaz participa da rádio como locutor. Apesar de não atuar na produção, nem na gestão da emissora, Dalvan acredita que a participação na rádio é "fundamental para sua vida".

Marcelo Chacal é o coordenador da emissora e, portanto, representante do quarto nível de envolvimento. Segundo ele, todos os integrantes estão no quinto nível de participação. Tal participação se dá através das reuniões mensais realizadas para discutir os assuntos da emissora.



Nos programas da emissora não são abordadas temáticas relacionadas aos jovens. À juventude ouvinte da rádio é oferecido apenas conteúdo musical. Havia um programa informativo, que, segundo Dalvan, era feito por estudantes de comunicação de uma faculdade particular da cidade. Como tais estudantes pararam de fazer o programa, a rádio ficou sem nenhum conteúdo jornalístico.

Na programação musical não há participação de artistas locais. As músicas são, em geral, as mesmas que tocam nas comerciais. Não há grande preocupação com a identidade cultural dos jovens. A única exceção talvez seja o programa “A voz do Gueto”, que dá espaço ao hip-hop nacional. As músicas abordam temas ligados ao cotidiano dos jovens ouvintes. Além de ter identificação com a cultura negra, que compreende grande parte da área atingida pela rádio.

2.3.2 – Objetiva FM: concessão versus autenticidade

Podemos observar que a Objetiva FM, apesar de não se enquadrar em todos os critérios, elencados por Peruzzo, para definir uma rádio comunitária autêntica apresenta características importantes para uma mídia alternativa. A rádio não tem fim lucrativo, paga suas contas através de recursos vindos dos apoios culturais, tem programação interativa, todo o público tem acesso à programação através de telefonemas e visitas à rádio e, o principal, abre espaço para a participação, em especial, dos jovens. Segundo o coordenador, Marcelo, as portas da emissora estão abertas para “boas idéias” na programação.

Apesar de a emissora reproduzir, em grande parte, a programação das rádios comerciais e de não haver espaço para artistas locais, há a valorização da cultura negra, da qual grande parte dos ouvintes faz parte. Tal valorização aparece através do programa de hip-hop, produzido por jovens negros.

Embora não haja um compromisso mais efetivo com a educação e a cidadania os jovens envolvidos na rádio têm, em certa medida, a oportunidade de exercer o direito à comunicação. Programas jornalísticos, feitos pelos próprios integrantes da comunidade e não por alunos de faculdades particulares poderiam dar aos membros da rádio a oportunidade de ter voz, de expressar suas opiniões e de produzir um conteúdo diferenciado da mídia comercial.

3 - A autêntica Mega

Gestão coletiva, programação diversificada e portas e microfones abertos à participação foram algumas das características que fizeram da Mega FM uma rádio comunitária autêntica. O termo define uma emissora feita pela e para a comunidade, de



fato, como foi a Mega, comunitária situada no bairro Santa Cândida, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, que atuou de 1997 a 2005. Sua constituição como autêntica e as possibilidades de cidadania associadas à participação na rádio já foram apontadas em outro trabalho (Lahni, 2005).

Fatos diversos mostram o reconhecimento alcançado na cidade e também em nível nacional pela Mega FM, graças à sua importância e à congregação de pessoas feita pela Rádio. Entretanto, a emissora teve seu transmissor lacrado pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), em 2003. Teve o pedido de deslacre denegado por Brasília, em 2004. Em 2002, seu pedido de autorização foi negado pelo Ministério das Comunicações, que garantiu concessão, na mesma área, a uma rádio evangélica, a Life. Em 2004, a Mega foi informada pelo Ministério das Comunicações que seu novo pedido de autorização e de revisão do processo foi arquivado, em função da existência na região de outra rádio “comunitária”, a Life. Em 2005, dois coordenadores da Mega foram processados.

As várias negativas que a emissora recebeu pelos seus pedidos para funcionar sem interferência da polícia federal e da Anatel e a história de resistência da Mega certamente não são as únicas do país. Mas a reflexão quanto ao assunto, a partir da vida da Rádio, pode ampliar o questionamento e contribuir para mudanças de atitude na radiodifusão no Brasil, que sem dúvida requer outra e possível organização.

Quanto à história da Mega, vale lembrar que no dia 19 de junho de 2003, no Espaço Mezcla, em Juiz de Fora, uma festa comemorou os seis anos de atividade da Rádio Mega FM, “a comunitária de verdade” – *slogan* da emissora que tem registro em cartório como Sistema de Radiodifusão Comunitária do Bairro Santa Cândida.

Em 1996, quando se iniciaram as discussões para organizar a Rádio Mega FM, o DJ Nonô, Luiz da Conceição Bispo, técnico em eletrônica, residente no bairro Santa Cândida, um dos fundadores da Mega FM, estava realizando um trabalho para o Grêmio Estudantil da Escola Estadual Professor Cândido Motta Filho, segundo conta Adenilde Petrina Bispo, que era coordenadora da Rádio⁷. O objetivo era implantar uma radioescola, colocando caixas de som no estabelecimento, para divulgar as ações do Grêmio. Também em 1996, entretanto, deu-se o fim de um programa com apresentações de samba, pagode, hip-hop, funk, feitas por moradores de bairros. O programa era

⁷ Essas informações provêm de entrevistas, concedidas por Adenilde Petrina Bispo à pesquisadora Cláudia Lahni, em maio de 2003, e de documentos da Rádio Mega FM, tais como atas de reuniões, avaliações de programas e da emissora, ofícios de apoios recebidos, entre outros.



veiculado por uma rádio comercial de Juiz de Fora e, com a venda da emissora para uma igreja evangélica, parou de ser transmitido.

Diante da necessidade do Grêmio de passar informações para a população do bairro, sobre atividades desenvolvidas pela entidade, e da vontade de dar prosseguimento às apresentações musicais dos moradores, surgiu a idéia de montar uma rádio comunitária.

Uma vez tomada a decisão de organizar uma emissora comunitária, os primeiros participantes divulgaram pelo bairro a realização de uma assembléia, na escola, para discutir a iniciativa. Essa divulgação foi feita oralmente, pelos componentes do Grêmio, Nonô e alguns vizinhos, que passaram de casa em casa e abordaram pessoas nas ruas, abrangendo dessa forma boa parte dos bairros Santa Cândida e São Benedito. Cerca de cem pessoas participaram da assembléia, que ocorreu no dia 25 de março de 1997.

Como Adenilde observa, desde a fundação, algumas pessoas saíram, outras entraram e houve mudanças na programação da Rádio. Mas a discussão coletiva, com a participação de todos os interessados, visando ao trabalho junto com a comunidade, sempre esteve presente. A ex-coordenadora salienta que, desde o início, os objetivos da Mega FM foram transmitir informação, valorizar a cultura da região e promover a solidariedade e a conscientização.

A vontade de trabalhar de forma coletiva, pela comunidade, está expressa no estatuto da emissora, que se constitui juridicamente como associação, registrada em cartório. No estatuto, o Artigo 1 estabelece que “O Sistema de Radiodifusão Comunitária do Bairro Santa Cândida é uma associação sem fins lucrativos, voltada para a defesa da democratização da comunicação e da informação”. Assim, a Mega FM foi ao ar pela primeira vez em 19 de junho de 1997, tendo como sintonia o 90,7.

Não demorou muito e várias pessoas passaram a participar da Rádio, fazendo programas radiofônicos, contribuindo pessoal ou financeiramente, enviando cartas e ligando para a emissora que no começo a Rádio recebia uma média de 60, 70 telefonemas por dia. Em 2003, essa média girava em torno das 40 ligações diárias.

A emissora também se definia sem vínculo partidário e não defendia uma religião⁸, assinalando que seu único compromisso era com a comunidade. O trabalho em conjunto com o hip-hop sempre ocorreu, em função da participação juvenil na Mega.

⁸ A religiosidade sempre foi constante na Mega FM, porém de forma plural. A emissora transmitia programas católicos - das CEBs e de carismáticos - e da cultura racional. Também veiculou programa de candomblé e espíritas. Entre os documentos de apoio para a Rádio estão os de líderes dessas religiões, da umbanda e outras.



“Nós percebemos a importância do hip-hop para transformar a juventude, porque a Rádio Mega ela sempre foi muito freqüentada por jovens, e eram jovens todos em situação de risco. Através da cultura hip-hop, a gente percebeu que seria um gancho pra ganhar esse pessoal, então nós começamos a investir no hip-hop”, diz Adenilde. A situação de risco mencionada envolve pobreza, desemprego, violência e uso e tráfico de drogas.

Além do movimento hip-hop, o espaço dos jovens na Mega incluía a participação como produtores e receptores ativos de programas radiofônicos. Sua última grade de programação tinha 31 programas dos quais 12 eram feitos por jovens e mais três tinham jovens como público e eventuais participantes (Entrando no Jogo – de capoeira -, Mega Radical Rock e Hip-Hop Brasil). Assim, os jovens eram produtores de metade da programação da Mega, já que alguns programas entravam na grade mais de um dia na semana e ocupavam um horário maior que os demais.

Para exemplificar, duas vezes por semana ia ao ar o Impacto do Rap, apresentado por Dundá e Carlinhos, em 2004 com 26 e 21 anos de idade respectivamente. Este programa veiculava raps com letras que tratavam da realidade brasileira e informações diversas; contava com a participação de jovens por telefone e presentes no estúdio. Um outro programa, o Mega Jovem era feito ao vivo por Chuchu, na ocasião com 16 anos de idade; transmitia informações dos bairros, em especial das escolas próximas à Mega e músicas nacionais. O 100% Funk era apresentado por um grupo de jovens do bairro, entre eles Marcellinho, com 22 anos de idade na ocasião (há mais de três anos na Rádio); o programa mostrava funks feitos por eles e, em comentários e informações, tratava dos perigos de soltar maranhão próximo a fios elétricos, entre outros temas. Vale mencionar ainda o Mega Pop Rock, Mega Skate e Mega Estudantil.

Em pesquisa realizada junto a moradores dos bairros Santa Cândida, São Benedito e Vila Alpina (Alonso e Lahni, 2003) também constatamos a importância da Mega. A moradora Maria de Lourdes, de 65 anos, comentou: “ela [Mega] é um orgulho pra nós, aqui em cima [alto do bairro Santa Cândida]. Ajuda a gente dando informações de saúde, de denúncia e tira essa molecada das ruas.” Já a moradora Cristiane, de 12 anos, contou: “eu gosto da Mega, porque praticamente cresci ouvindo [...]. Ela já esteve no colégio [Escola Municipal Santa Cândida], nas festas de rua”.



Como pudemos acompanhar, a Rádio Mega FM era um espaço importante para crianças, adolescentes e jovens. Nela, eles participavam como produtores e público ativo. Vários programas eram voltados e feitos por jovens, contribuindo assim para sua identidade e cidadania, o que era reconhecido tanto por moradores dos bairros próximos como pela cidade de uma forma geral.

4 - Considerações finais

As três rádios autorizadas como comunitárias de Juiz de Fora apresentam problemas, em diferentes escalas, na sua constituição. A Rádio Trans FM não utiliza as possibilidades que um veículo alternativo pode oferecer e, principalmente, não promove nenhuma melhoria em sua comunidade. Limitando-se a uma restrita programação musical e sem nenhum envolvimento da comunidade. Assim, podemos considerar que a concessão de rádio comunitária não é merecida pela Trans FM.

A rádio Life FM está em pleno funcionamento. Porém, limita a sua programação às músicas evangélicas e pregações. E, o mais grave, constitui-se em um exemplo de proselitismo político-religioso. A rádio Objetiva FM, apesar de não poder ser considerada uma rádio comunitária autêntica, já que não tem vínculo orgânico com a comunidade e tem programação predominantemente musical, tem o envolvimento de jovens da comunidade no processo produtivo da emissora e mantém suas portas abertas para a participação.

Por fim, a rádio Mega FM, apesar de não ter concessão de comunitária, contribuiu mais efetivamente para o exercício do direito à comunicação dos jovens, que, além de terem programas voltados para eles, participavam da produção e da gestão da rádio. O exemplo da Mega FM demonstra a capacidade do rádio se constituir em um espaço para o exercício da cidadania. Capacidade essa que em certa medida foi constatada na Objetiva FM e não foi nas demais rádios com concessão.

5- Referências:

BRASIL. Lei 9.612/98, de 19 de fevereiro de 1998. Em HELENA, Senadora Heloísa – e Coletivo Nacional Pestista de Rádios Comunitárias. **Como montar rádios comunitárias e legislação completa**. Brasília (DF), Senado Federal, 2000.

LAHNI, Cláudia Regina. **Possibilidades de cidadania associadas à rádio comunitária juizforana Mega FM**. São Paulo, USP, Escola de Comunicações e Artes, 2005. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação.

MAIA, Marta Regina . **A sonoridade da fé: programas evangélicos no rádio campineiro**. In: XVII Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação, 1994, Piracicaba. XVII Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação, 1994.



MOREIRA, S. V. **Rádio Palanque - fazendo política no ar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Participação nas rádios comunitárias no Brasil**. In: BRANCO, Samantha Castelo e MELO, José Marques de (orgs.). **Pensamento comunicacional brasileiro: o grupo de São Bernardo (1978-1998)**. São Bernardo do Campo (SP), Umesp, 1999, p. 407-423.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. Anuário Unesco/Umesp de comunicação regional**. São Paulo, 2003.

Rádio escuta

- 19 e 20 de novembro de 2006 nas rádios Trans FM, Objetiva FM e Life FM.

Entrevistas

BISPO, Adenilde. Entrevista concedida à Cláudia Regina Lahni, em 20 de maio de 2003.

CARVALHO, Cláudio Silva. Entrevista concedida à Maria Fernanda de França Pereira, em 22 de setembro e 23 de outubro de 2007.

GLICÉRIO, Marcelo. Entrevista concedida à Fernanda Coelho da Silva, em 18 de julho e 12 de setembro de 2007.

MARIANO, André. Entrevista concedida à Mariana Zibordi Pelegrini, em 29 de novembro de 2007.